



**PROCESSOS DE DES(RE)TERRITORIALIZAÇÃO: FEIRAS LIVRES DE
FEIRA DE SANTANA E CONCEIÇÃO DO JACUIPE (BA) COMO EXEMPLOS**

**PROCESSES OF DE(TERRITORIALIZATION) AND
RE(TERRITORIALIZATION): OPEN-AIR MARKETS IN FEIRA DE
SANTANA AND CONCEIÇÃO DO JACUIPE (BA) AS EXAMPLES**

**PROCESOS DE DES(RE)TERRITORIALIZACIÓN: FERIAS LIBRES DE
FEIRA DE SANTANA Y CONCEIÇÃO DO JACUIPE (BA) COMO EJEMPLOS**

Janaina Paixão Pereira

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Mestranda em Estudos Territoriais
japaixao@gmail.com

Moacy Silva Brito Junior

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Mestrando em Estudos Territoriais
moacyjunior_@hotmail.com

Antonio Muniz dos Santos Filho

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Professor
muniz@uneb.br

RESUMO:

O artigo apresenta uma breve discussão sobre o conceito de território e territorialidade que está presente, sobretudo, mas não exclusivamente, na ciência geográfica, que ao longo do tempo vem sendo debatido por diversos autores geógrafos e não geógrafos. Estes termos são polissêmicos e devem ser analisados através dos contextos e temporalidades que estão sendo utilizados para interpretar determinado fenômeno, não menosprezando também a escala analítica em que se debruça para esta compreensão. Buscaremos entender o território e a territorialidade nas feiras livres nas cidades de Feira de Santana e Conceição do Jacuípe (também conhecida como Feira de Berimbau), localizadas no estado da Bahia. A metodologia adotada para essa pesquisa foi um levantamento bibliográfico dos principais conceitos mencionados no corpo do texto e uma análise crítica dialética da realidade em que as feiras livres estão inseridas. Portanto, o presente trabalho tem como perspectiva entender as diferentes relações presentes nas feiras livres, incluindo as simbólicas que são construídas cotidianamente no processo de experimentar essa atividade comercial, que é dotada de múltiplos significados.

ABSTRACT:

This article presents a brief discussion on the concept of territory and territoriality, which is present primarily—but not exclusively—in geographic science and has been debated over time by various scholars, both geographers and non-geographers. These terms are polysemic and must be analyzed within the contexts and temporalities in which they are used to interpret a given phenomenon, without overlooking the analytical scale applied to



this understanding. We aim to explore territory and territoriality in the open-air markets of Feira de Santana and Conceição do Jacuípe (also known as Feira de Berimbau), located in the state of Bahia. The methodology adopted for this research involved a bibliographic review of the main concepts mentioned in the text and a dialectical critical analysis of the reality in which these markets operate. Thus, this study seeks to understand the different relationships present in open-air markets, including the symbolic ones that are constructed daily through the experience of this commercial activity, which carries multiple meanings.

RESUMEN:

El artículo presenta una breve discusión sobre el concepto de territorio y territorialidad, el cual está presente principalmente, aunque no exclusivamente, en la ciencia geográfica y ha sido debatido a lo largo del tiempo por diversos autores, tanto geógrafos como no geógrafos. Estos términos son polisémicos y deben analizarse en función de los contextos y temporalidades en los que se emplean para interpretar un determinado fenómeno, sin menospreciar la escala analítica utilizada en esta comprensión. Se busca entender el territorio y la territorialidad en las ferias libres de las ciudades de Feira de Santana y Conceição do Jacuípe (también conocida como Feira de Berimbau), ubicadas en el estado de Bahía. La metodología adoptada para esta investigación consistió en un levantamiento bibliográfico de los principales conceptos mencionados en el texto y un análisis crítico-dialéctico de la realidad en la que están insertas las ferias libres. Por lo tanto, el presente trabajo tiene como perspectiva comprender las diferentes relaciones presentes en las ferias libres, incluidas aquellas simbólicas que se construyen cotidianamente en el proceso de vivenciar esta actividad comercial, dotada de múltiples significados.

Palavras-Chave: Feiras livres. Território. Territorialidade. Des(re)territorialização.

Introdução

O conceito de território vem sendo discutido nas últimas três décadas em várias áreas das ciências, sobretudo, nas ciências humanas. Embora tenha tomado uma proporção maior na Geografia, sua origem é nas ciências da natureza, a exemplo da biologia e da zoologia. Na Geografia, a noção de território aparece nos escritos do pioneiro desta ciência, Friedrich Ratzel, embora sem essa etimologia, mas, com mesmo sentido.

Segundo Ratzel (1990), o território é uma porção da superfície terrestre ocupada por determinado grupo humano, trata-se de um conceito geral e basilar, se aproximando de território como apropriação e controle de fração do espaço, tendo a fonte de poder exercida pelo estado territorial como privilégio, afirmando que para construção do



território “à existência do Estado é coisa óbvia. Exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras [...]” (Moraes, 1990, p. 73).

A partir dos anos 1970, as discussões sobre a concepção do conceito de território voltam a se apresentar nos espaços acadêmicos, com distintas roupagens. É imprescindível que nas diversas ciências se evite a banalização do conceito de Território, pois, caso isso aconteça, encontraremos dificuldades para entender e identificar as tessituras que permeiam o conceito de território na realidade geográfica.

Distintas acepções de território são encontradas nos dicionários, na maioria, estão ligadas à dimensão material (terra-cultivo) e também aos sentimentos (medo-acesso) que o território inspira. Além disso, tem-se percebido que este conceito se remete à concepção de poder que, “ao que tudo indica, é um instrumento de domínio”, logo, “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’ [...]” (Arendt, 2009, p. 52). Portanto, território “diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (Haesbaert, 2007, p. 20).

Rogério Haesbaert, em suas discussões sobre território, apresenta uma alternativa conceitual dentro de um processo denominado por muitos como “desterritorialização”, apontando que o território, envolve sempre ao mesmo tempo, mas em diferentes graus, uma dimensão simbólica e cultural através de uma identidade territorial.

Muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios, ou melhor, nossos processos de territorialização (para enfatizar a ação, a dinâmica), estamos na maior parte das vezes vivenciando a intensificação e complexificação de um processo de (re)territorialização muito mais múltiplo, “multiterritorial” (Haesbaert, 2007, p. 19).

Partindo do pressuposto de que vários atores podem organizar e construir territórios e territorialidades, não somente agentes do estado, e que múltiplos processos interrelacionados constroem o território em diferentes espaços, tomaremos como objeto de análise deste artigo, algumas feiras livres de Feira de Santana (BA), que se destaca entre as principais feiras livres da região Nordeste e a de Conceição do Jacuípe (BA), também conhecida como Feira Livre de Berimbau, analisando a territorialidade através da perspectiva não somente política, mas também, através das relações econômicas e culturais que são produzidas, identificando “como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (Haesbaert, 2007, p. 20).



A metodologia adotada para essa pesquisa baseou-se em um estudo qualitativo, centrado na revisão bibliográfica e análise crítica, que se apresentou como fundamental para compreensão dos processos de des(re)territorialização das feiras livres de Feira de Santana e Conceição do Jacuípe (BA).

O levantamento bibliográfico permitiu a construção da fundamentação teórica, ao explorar as discussões sobre as palavras-chave: feiras livres, território, territorialidade e des(re)territorialização. Para a compreensão das dinâmicas das feiras livres em Feira de Santana foram utilizados os escritos de Azevedo (2010), Queiroz (2013), Santos (2016) e Teles (2017). E, para a feira livre de Conceição do Jacuípe, analisamos os estudos de Dias (2017) e Lemos (2022). De acordo com as abordagens conceituais, foram acionados os seguintes autores: território e territorialidade, Coelho Neto (2013, 2016) e Haesbaert (2004, 2007); Desterritorialização e re-territorialização, Coelho Neto (2013), Dantas (2008), Lineard (2010) e Souza (1995).

As abordagens conceituais supramencionadas, foram fundamentais na compreensão das feiras livres enquanto territórios dinâmicos, impactados pelas políticas públicas e pelas transformações socioespaciais das cidades pesquisadas. A análise crítica da realidade possibilitou o diálogo entre teoria e prática, ao apreender como os conceitos ajudam na ampliação do conhecimento das dinâmicas territoriais, sobretudo, das feiras livres objetos deste estudo.

Neste contexto, o presente artigo está estruturado em quatro eixos. O primeiro, buscará trazer um breve contexto histórico sobre Feira de Santana, cidade em que a feira livre é referência desde a sua origem até os dias atuais, mas que sofre com processo de des(re)territorialização desde a década de 1970, com a tentativa de retirada das feiras livres do centro da cidade para o Centro de Abastecimento. Ainda neste eixo, apresentaremos Conceição do Jacuípe que é conhecida pelo epíteto Berimbau, cuja feira livre está imbricada com seu processo de formação socioespacial. Porém, o remanejamento recente (2022) da feira livre para o Centro de Abastecimento Municipal, que pode ser analisado como um processo de des(re)territorialização.

No segundo eixo, serão apresentadas algumas concepções de território e de territorialidade trabalhadas na ciência geográfica para que se possamos estabelecer conexões teórico-conceituais com o objeto de estudo aqui proposto. No eixo três,



discussões sobre feira livre aparecerão correlacionando com questões culturais e simbólicas produzidas a partir do uso e construção do território, em especial, da feira livre. No quarto e último eixo, serão feitas algumas considerações ainda não conclusivas, tendo em vista que esta pesquisa se encontra em andamento, no entanto, algumas reflexões apontam para desdobramentos futuros.

Breve contexto da formação socioespacial de Feira de Santana e Conceição do Jacuípe (Berimbau), Bahia

O município de Feira de Santana está localizado na mesorregião Centro-Norte Baiano, teve sua origem a partir de uma fazenda denominada Fazenda Santana dos Olhos D' água e com forte influência das feiras livres no seu processo de formação socioespacial até se tornar cidade, em decorrência do crescimento dessa atividade comercial. Feira de Santana está situada a 109 km de Salvador, sendo considerada a segunda maior cidade do estado e a primeira do interior baiano. A cidade é cortada por três importantes rodovias brasileiras: BR 324, BR116 e BR101, sendo o segundo maior entroncamento rodoviário do Norte e Nordeste (IBGE, 2022).

De acordo com Queiroz (2013), a localização estratégica de Feira de Santana colaborou para seu desenvolvimento urbano, sendo um lugar de passagem devido a conexões rodoviárias com outras cidades do estado, da região Nordeste e do Brasil. Entretanto, Feira de Santana tem como atividade econômica o comércio (formal e informal), sendo este responsável pelo surgimento e consolidação do núcleo urbano da cidade.

Segundo Santos (2016), a história da cidade pode ser confundida com a história do comércio, sendo esse setor responsável por tornar Feira de Santana conhecida em todo Nordeste e até mesmo em todo o Brasil. O comércio feirense é dinamizado, sobretudo, pela população residente nas cidades circunvizinhas, mas também, por pessoas oriundas de municípios mais distantes, que vão em busca de bens e serviços, uma vez que enquanto cidade média, Feira de Santana possui redes de ensino universitárias público e privados, serviços médicos especializados e serviços bancários que servem de atrativo populacional, ou seja, “atividades de saúde, educação e bancárias colaboram para o fortalecimento da atividade comercial” (Teles, 2017, p. 206).



As feiras livres de Feira de Santana apesar de serem uma atividade econômica importante para a história da cidade e para o desenvolvimento local e regional, têm seu espaço marcado por processos de des(re)territorialização desde da década de 1970 quando foram retiradas do centro da cidade para o centro de abastecimento.

Mesmo após essa ação, em decorrência da insuficiência de espaço para atender a demanda de feirantes existentes na cidade, as feiras livres seguiram espalhadas nas calçadas das ruas, avenidas e nos bairros. Entretanto, em 2020, as feiras livres passaram por um novo processo de des(re)territorialização, com a reestruturação urbana promovida pelo poder público que teve como objetivo a remoção dos feirantes, camelôs e vendedores ambulantes do centro comercial da cidade.

Por ser uma cidade comercial e estar localizada em uma posição estratégica, as ações de intervenção urbana realizadas pela gestão municipal, utiliza o argumento de impulsionar o comércio feirense como justificativa para a realização do processo de des(re)territorialização. Conforme afirma Azevedo (2010), essa ideia de cidade comercial foi vista pelo poder público como forma de garantir o crescimento econômico através do fortalecimento e incentivo do comércio local.

As feiras livres de Feira de Santana vivenciam o impacto das intervenções urbanas realizadas, que também tem como objetivo enquadrar a cidade ao padrão de modernização da cidade global. Portanto, segundo Lima (2020) há uma quebra, desmoronamento da estrutura construída no passado para remontar uma nova ordem espacial, e isso fica evidente, através dos processos de des(re)territorialização das feiras livre de Feira de Santana para o Centro de Abastecimento e, atualmente, com a tentativa de retirada durante a reestruturação urbana do centro comercial realizada em 2020. Portanto, esse processo impacta na dinâmica social, econômica e cultural das feiras livres.

Outra cidade objeto desse estudo é Conceição do Jacuípe, localizada na mesorregião Centro-Norte Baiano, distando aproximadamente 90 km da capital, Salvador. Com aproximadamente 35 mil habitantes (IBGE, 2022), sua história é marcada pela tradicional feira livre que acontece desde as primeiras movimentações e reuniões de pessoas naquele lugar. Durante muito tempo, o então município, era um vilarejo que pertencia a Santo Amaro, e após ter recebido diversos topônimos, em 20 de outubro de 1961, o então governador Juracy Montenegro Magalhães assinou a Lei, nº 1531 que criou



o município de Conceição do Jacuípe, desmembrado do município de Santo Amaro, no Recôncavo Baiano.

A economia de Conceição do Jacuípe é baseada na produção de hortaliças (coentro, alface, rúcula, couve, cebolinha e outras), o setor terciário também contribui com a movimentação do capital municipal e, a indústria de eletrodomésticos é responsável por empregar grande parte da população, gerando emprego e renda local. No município, os povoados do Bessa e Oitizeiro “são os locais em que estão situados o maior número de estabelecimentos rurais cultivando hortaliças” (Dias, 2017, p. 64). A maior parte da produção é escoada para a sede e para outros municípios como Feira de Santana e Salvador.

O município também é conhecido por Berimbau. Tal epíteto, tem raízes nas manifestações culturais, como a capoeira, que acontecia no espaço da feira livre quando ainda era território de Santo Amaro. O berimbau, é um instrumento musical, de descendência africana, utilizado, sobretudo, nas rodas de capoeira. Conceição do Jacuípe também leva o nome de Berimbau, pois, um escritor que frequentava a feira livre do povoado elaborou uma trova onde descrevia aquela reunião de comerciantes e a referia como “Feira livre de Berimbau”.

A feira livre do município, até o ano de 2022 acontecia nas intermediações da Praça Manoel Teixeira de Freitas, próxima de bancos, farmácias, lojas de roupas, da prefeitura, da Igreja da Matriz e outros estabelecimentos comerciais. Após a construção do Centro de Abastecimento Municipal de Berimbau, a feira livre foi remanejada para este novo espaço, posterior a diversos movimentos de resistência por parte dos feirantes.

A partir das narrativas insatisfatórias dos frequentadores, dos feirantes e dos resultados do trabalho de (Lemos, 2022) percebe-se que houve alguns impactos a partir desse remanejamento, tendo em vista que se tinha uma relação simbólica com o antigo espaço da feira livre, advindo do "espaço vivido" e que precisou ter uma nova construção identitária em função dos interesses dos atores hegemônicos (Haesbaert, 2007). Através desse processo, os indivíduos carregam memórias, costumes, lembranças e laços, através da aproximação simbólica do seu território de origem, tudo isso, incentivado pelo processo que foi construído com a feira livre ao longo do tempo, no viver e no fazer.



Portanto, fica evidente que as feiras livres exercem um papel de relevância nas cidades estudadas neste trabalho. Entretanto, as ações de des(re)territorialização interferem de forma direta na dinâmica social, econômica e cultural das feiras livres, afetando na forma em que os feirantes se estabelecem, mantêm controle e identidade sobre os espaços apropriados.

Território e Territorialidade: entendendo os conceitos

Neste estudo, a discussão dos conceitos território e territorialidade, se torna essencial para o entendimento de como ocorrem os processos de des(re)territorialização das feiras livres, uma vez que estas se referem a forma como os feirantes se estabelecem e mantêm uma ligação cultural, econômica, social e política com este espaço.

Para entender o conceito de território e territorialidade é necessário identificar em qual contexto esses conceitos estão sendo utilizados e por quais autores, pois, trata-se de conceitos polissêmicos e, portanto, podem apresentar diferentes significados de acordo com a sua abordagem, neste sentido, Coelho Neto (2013, p. 23) discorre que:

é inegável que o esforço empreendido por uma gama de geógrafos, apoiados por distintas perspectivas teórico-metodológicas, tem concorrido para o alargamento e para a problematização do debate resultando no levantamento de renovadas questões e na oferta de elementos conceituais que contribuem para a tarefa precípua desse campo disciplinar, ou seja, a compreensão da dimensão espacial da sociedade, miradas, neste caso, pelo prisma da relação espaço poder.

“O conceito de território sugere pensar nos limites/fronteiras que o delimitam” (Coelho Neto, 2013, p. 25). Este conceito apresenta uma dupla conotação, material e simbólica. Etimologicamente falando, se aproxima do sentido de terra e de terror. No que se refere à “terra”, pode-se pensar em território delimitado, utilizado para diversos fins, inclusive de sobrevivência. Já o “terror”, entende-se que aquele território é pertencente a outra pessoa e é dotado de poder, ou seja, outras pessoas são impedidas de entrar já que não é pertencente daquele território. No entanto, o território e a territorialidade podem ser usufruídos de diferentes formas dependendo de quem são os sujeitos sociais (Haesbaert, 2007).

Segundo Haesbaert (2004), o território pode ser dividido em três vertentes: i) político, ligado às relações de poder, onde o território é sempre delimitado e controlado



por determinados atores, na maioria das vezes, mas não exclusivamente, relacionado ao poder político do Estado; ii) simbólico, apresentado pelas identidades e pelo sentimento de pertencimento que os sujeitos constroem ao longo do tempo no espaço vivido e; iii) econômico, tendo o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho. Haesbaert (2004) faz referência a Milton Santos escrevendo que, o “uso” (econômico, sobretudo) é o definidor por excelência do território. Essas vertentes serão importantes para entender questões sobre as multiterritorialidades discutidas por Haesbaert (2004, 2007).

Com o advento da globalização, alguns autores defenderam que os territórios estariam desaparecendo, ou seja, acontecendo o processo de desterritorialização, pois, os limites físicos nos espaços deixariam de ser tão importantes já que o mundo da informação ultrapassaria as fronteiras e as barreiras geográficas deixando de ser um desafio no mundo contemporâneo, intensificando o movimento flexível, onde a globalização conseguiria mudar diversas formas e fluxos do comportamento humano, abrindo possibilidades para a disseminação do *cyberespaço*.

Nessa perspectiva, os territórios passam de uma definição zonal, com uma superfície claramente delimitada para territórios-rede, comandados pelo mundo da tecnologia e da internet, onde o movimento, a mobilidade e o fluxo passam a ser elementos fundamentais na construção do território e territorialidade.

Em contraposição com o conceito de desterritorialização, Habesbaert e outros autores como Saquet e Sposito vão defender a multiterritorialidade como uma alternativa conceitual, que na verdade, é um processo do indivíduo construir novas territorializações, experimentar diversos espaços ao mesmo tempo, reconstruindo constantemente o território.

No jogo contemporâneo dos processos de destruição e reconstrução territorial fica muito claro o ir e vir entre territórios mais impregnados de um sentido funcional, de controle físico de processos, e aqueles onde a dimensão simbólica - a territorialidade, para alguns - adquire um papel fundamental (Haesbaert, 2007, p. 25).

Na convivência social cotidiana, as pessoas produzem territorialidades a partir do modo como elas utilizam e produzem espaço e também como dão significado ao lugar, podendo ser na casa, na rua, na escola, na feira livre, no espaço de trabalho e em vários outros.



O processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos onde toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade” ao longo do tempo. Existe, portanto, multipertencimento territorial, onde o indivíduo pode ser relacionar e se reconhecer em diferentes espaços, vivenciando de diversas experiências proporcionadas pela flexibilidade do território-rede (Haesbaert, 2004, p. 344).

Os territórios urbanos se tornam áreas de articulação entre os diferentes grupos sociais e as diferentes territorialidades. Espaço em que as feiras livres se apropriam e estabelecem uma identidade social, cultural, econômica e política, sendo “um local onde são realizados todos os tipos de trocas comerciais, simbólicas e sociais; local dos conflitos e dos encontros, dos políticos, dos cantadores, dos poetas, da mendicância, dos trombadinhas etc” (Dantas, 2008, p. 97). Ou seja, são as áreas de interações entre os diversos agentes sociais que compõem a sociedade.

Portanto, a territorialidade se estabelece, segundo Coelho Neto (2016), como uma relação entre sociedade e espaço através da apropriação material e/ou simbólica que proporciona a reprodução da vida material de determinado grupo social. Neste contexto, a territorialidade é concebida através da organização das feiras livres no espaço urbano, promovendo identidade local, interação socioespacial e apropriação do espaço público.

A (re)territorialidade nas Feiras Livres de Feira de Santana e Berimbau

A feira livre é um espaço de mercado ao ar livre onde pequenos produtores, comerciantes e artesãos vendem seus produtos diretamente ao público. É um evento comum em muitas cidades brasileiras, geralmente realizado em dias específicos da semana e em locais predeterminados. As feiras livres oferecem uma variedade de produtos frescos, como frutas, verduras, legumes, carnes, peixes, além de produtos artesanais, flores, roupas e utensílios domésticos.

No Brasil, as feiras livres acontecem desde o período colonial, estabelecendo trocas e intercâmbio de produtos e mercadorias com povos indígenas e africanos, trazidas pelos portugueses (Almeida, 2009). Segundo Mott (1976), a primeira feira no Brasil aconteceu por volta do ano de 1548, quando D. João III ainda reinava o país, estabelecendo que:

[...] se façam em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários feira a que os gentios possam vir vender o que tiverem e quiserem, e comprar



o que houver mister, e assim ordenareis que os cristãos não vão às aldeias dos gentios tratar com eles (Mott, 1976, p. 83).

As feiras livres são conhecidas por promover interação social, fortalecer a economia local e fornecer produtos frescos e de qualidade, muitas vezes diretamente dos produtores. Além disso, são espaços onde é possível encontrar uma diversidade de alimentos e artigos típicos da cultura local.

Em Feira de Santana, as feiras livres surgem em decorrência do avanço da pecuária com o comércio de gado associado à posição estratégica da cidade, dessa forma, Santos (2016) afirma que essa atividade comercial tem sua origem ligada a necessidade dos grandes criadores de gado e proprietários de terras, e que após 1819 “passa a abrigar um contingente crescente de excluídos socialmente da lógica do capitalismo mercantil” (Santos, 2016, p.116).

A feira livre inicialmente tem sua origem, segundo Moreira (1998) a partir da Fazenda Santana dos Olhos D’água, ponto de encontro entre comerciantes que circulavam entre a capital, o Recôncavo e o Sertão baiano. Muitos desses comerciantes sem saber seu destino final, falavam que iam a “Feira de Santana”, daí a origem do nome da cidade. Desde a sua origem, a cidade de Feira de Santana e suas feiras livres estiveram interligadas, concentrando para além da população local, as pessoas das cidades circunvizinhas que passaram a realizar troca comercial e consumirem o/no espaço.

Importante destacar que, após se estabelecer enquanto núcleo urbano, a cidade teve a influência dos sistemas de transporte no seu desenvolvimento urbano. Essas vias de transporte favoreciam a circulação de mercadorias, pessoas e capital. De acordo com Santos (2016) esse sistema foi sofrendo modificações com o avanço da modernização, mas teve o seu início marcado pelos “caminhos de boiadas”, depois as linhas férreas e por fim a implantação das rodovias. Impulsionada por esses fatores as feiras livres tomam forma e cresce passando a se inserir nas ruas do centro da cidade, espaços marcados pelas territorialidades das feiras livres que faz parte do cotidiano da população, ou seja, se torna uma área importante para feirantes e consumidores.

Em Feira de Santana, as feiras livres estão presentes nas ruas e avenidas do centro comercial da cidade e, mesmo após tentativas de remoção dessa atividade desse espaço, ela resiste e persiste, podendo ser encontrada também em bairros, como as feiras livres



do bairro Cidade Nova, Sobradinho e Tomba, fazendo parte da dinâmica da população que reside na cidade e em outras áreas de sua influência.

As feiras livres contribuem de forma significativa para o desenvolvimento local e regional, sendo espaços apropriados não apenas pela população residente nos municípios, mas também, pelas que residem em sua área de influência. Para Mendes (2021), as feiras livres são espaço de articulação entre poder público, feirantes e população que consome, sendo esse espaço apropriado de diferentes formas por esses agentes sociais. Os feirantes exercem sua territorialidade através do uso do espaço para relações de troca comercial, a população para comprar mercadorias ou até mesmo para lazer e, o poder público realiza sua influência sobre o espaço e pessoas inseridas nele através das suas ações e normas.

As tentativas de remoção das feiras livres do centro comercial de Feira de Santana e os processos de reterritorialização que ocorreram na década de 1970, com a criação do Centro de Abastecimento e, mais recentemente em 2020 com a criação do Shopping Popular Cidade das Compras e a intervenção urbana realizada pelo poder público, impactam e alteram as territorialidades existentes nas feiras livres, ou seja, nas relações existentes entre os feirantes e áreas onde estão inseridos, afetando sua identidade cultural, relações sociais, práticas econômicas e modo de vida.

Isso se tornou motivo de resistência por parte dos feirantes em saírem das ruas do centro comercial da cidade após a realização do processo de reterritorialização. As razões que motivam os feirantes a resistirem são sociais, econômicas e culturais. Um dos fatores econômicos é que o centro comercial por ser um espaço de concentração de bens e serviços se torna propício para as feiras livres pelo fluxo intenso de pessoas.

No centro comercial de Feira de Santana concentram-se as principais atividades econômicas da cidade, em especial, o comércio e serviços. Como atrai um número significativo de pessoas, moradores locais e de outros municípios, essa realidade favorece o estabelecimento de uma atividade paralela nas calçadas, o comércio de rua (Teles, 2017, p. 187).

Portanto, a remoção das feiras livres afeta a territorialidade existente ao desestruturar as redes sociais que são estabelecidas em que os diferentes grupos sociais se articulam e consomem esse espaço, além da perda da identidade cultural, visto que as feiras livres fazem parte da história feirense.

Em Berimbau, a feira livre, evento importante para a cidade, segundo o IBGE (2017), iniciou por volta do ano de 1914, quando moradores do povoado utilizavam um



espaço coletivo para comercializar produtos que eram cultivados nas suas pequenas propriedades, esse movimento contribui para que a territorialidade seja construída no cotidiano dos feirantes e consumidores.

A Feira Livre de Berimbau marca a história de muitos municípios, sobretudo dos feirantes, pois, tradicionalmente às terças e aos sábados, a feira livre acontece na cidade e são dias de compras, reencontros e abastecimento das dispensas dos fregueses com alimentos frescos e saborosos. Nestes dias, a dinâmica do centro da cidade muda com a grande movimentação de pessoas e com o intenso trânsito em volta da feira livre.

Tradicionalmente a feira de Berimbau acontecia na rua pública, no entanto, a partir da construção do Centro de Abastecimento Municipal, houve, assim como ocorreu em Feira de Santana, a transferência para o novo local, neste processo, “territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica” (Souza, 1995, p. 81).

A (re)territorialização dos feirantes para novos espaços é marcada pela construção de novas territorialidade através do movimento, que “refere-se à criação de novos territórios, seja por meio de reconstrução parcial, “in situ”, de velhos territórios, seja através da recriação parcial, em outro lugar, de um novo território, que contém características do antigo” Côrrea, 1994, p. 4 *apud* Lunardi, 2010, p. 68). No caso da feira livre, aspectos e costumes antigos tiveram que ser recolocados na configuração dos novos espaços construídos para inserção dos feirantes como o Centro de Abastecimento, demonstrando que desterritorialização e (re)territorialização são processos indissociáveis que ocorrem, geralmente, em escalas distintas.

Na pesquisa realizada por Lemos (2022), através de depoimentos dos feirantes da cidade de Conceição do Jacuípe, percebe-se a profunda identificação que recheava o espaço antigo onde acontecia a feira livre, de referentes simbólicos fundamentais à manutenção da cultura daqueles indivíduos, pois, embora o território antigo fosse funcional, existia também o aspecto simbólico que desenhava a territorialidade enchendo de conteúdos particulares, muito relacionados com as construções históricas que houve naquele antigo espaço.



[...] o fator da distância faz toda diferença na venda das mercadorias, já que no antigo espaço, por ser próximo dos pontos comerciais (farmácia, clínicas, banco, entre outros) da cidade, o fluxo de frequentadores era mais intenso, diferentemente do espaço atual da feira, por estar a aproximadamente 600 (seiscentos) metros de distância dos pontos mencionados (Lemos, 2022, p. 33).

Tendo em vista que a feira livre não é somente um espaço de comércio, mas de trocas de saberes, fazeres, encontros, afetividades e produção cultural, no caso de Feira de Santana e Berimbau, seus remanejamentos podem ter trazido impactos para feirantes, frequentadores e comerciantes do entorno onde acontecia a feira livre, provocando novos desafios para a (re)territorialização.

Raffestin (1993), recuperando um entendimento de Soja, reconhece na territorialidade a existência de uma “identidade espacial”, que pressupõe uma “compartimentação da interação humana no espaço” e lhe confere um “senso de exclusividade”, pois, a “análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal (p. 162)” (Coelho Neto, 2013, p. 44).

Os feirantes em suas novas adaptações, ao mesmo tempo, carregam lembranças, costumes e ligação afetiva no que se refere à vivências do passado. Agora, caminham com a recriação de novos hábitos e repaginação de antigos proporcionados pela des-territorialização das Feiras Livres das cidades estudadas, é um movimento dialético de saída e, ao mesmo tempo, reconstrução de novos territórios. Os que permanecem, como acontece no centro comercial de Feira de Santana, resistem e permanecem expressando suas territorialidades nos espaços apropriados.

Epílogo: meandrando as feiras livres

Como considerações, ainda não conclusivas, tendo em vista que os debates e indagações irão se alargar nos estudos posteriores. O remanejamento da feira livre de Berimbau e o processo de reestruturação urbana recente que ocorreu em Feira de Santana, provocou modificações diversas na dinâmica dos agentes que produzem e consomem as feiras livres. É necessário aprofundar o processo investigativo, inserindo-se no objeto de estudo e se aproximando no cotidiano das feiras livres das cidades estudadas para entender as nuances territoriais ocorridas durante esses processos.

Será um desafio saboroso para o(a) pesquisador(a), compreender como as novas territorialidades se apresentam a partir da nova configuração da Feira Livre de Berimbau e como as feiras livres de Feira de Santana se articulam através dos processos de



(re)territorialização que ocorre no espaço em que estão inseridas e que expressam suas territorialidades, instiga-se entender as relações simbólicas construídas pelos feirantes e frequentadores do espaço a fim de construir materiais consolidados sobre novas dinâmicas funcionais e simbólicas deste evento tão importante para a memória dos municípios.

Referências

ALMEIDA, S. P. N. de C. **Fazendo a feira**: estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG. 2009. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Montes Claros. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Montes Claros, Minas Gerais, 2009.

ARENDT, H. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

AZEVEDO, L. D. **Feira de e Santana**: Enre culturas, paisagens, imagens e memórias visuais urbanas (1950-2010). Feira de Santana: UEFS Editora, 2015.

COELHO NETO, A. S. Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder. **GEOgraphia**, v. 15, n. 29, p. 23-52, out., 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2013.v15i29.a13652>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

COELHO NETO, A. S. Territorialidade: uma proposição teórico-conceitual. In: SILVA, A.; AMORIM, I.; CASTRO, S. (Org.). **Educação, Territorialidade e Formação Docente**: Contextualizado pesquisas. Curitiba: Editora CRV, 2016, v.1, p.15-29

DANTAS, G. P. G. Feiras livres do Nordeste. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 87-101, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2736/273620629009.pdf>. Acesso em: 02 jun 2024.

DIAS, B. L. S. **Os desafios na formação de um circuito curto de comercialização**: uma análise da olericultura em Conceição do Jacuípe. 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, Bahia, 2017.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17. p. 19-45, fev., 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531>>. Acesso em: 28 jun 2024.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do " fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.



IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. CIDADES. **Conceição do Jacuípe**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/conceicao-do-jacuipe/historico>. Acesso em: 28 jun. 2024.

LEMOS, J. J. **Olhares sobre a feira livre a partir das memórias dos feirantes de Conceição do Jacuípe - BA**. 2022. 102f. Dissertação (Mestrado em Desenho, Cultura e Interatividade) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia, 2022.

LUNARDI, J. Um mito de desre-territorialização. **PERSPECTIVA**, Erechim. v. 34, n. 128, p. 65-72, dez., 2010. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/128_138.pdf. Acesso em: 28 jun 2024.

MENDES, P. G. Feiras livres e seu papel na organização do espaço urbano: O caso de Montes Claros-MG. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína/MT, v. 10, n. 20 jan-abr, 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/9371/18327>. Acesso: 30 mai 2024

MOREIRA, V. D. Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 18, 2023[1998]. DOI: 10.13102/sitientibus.vi18.9449. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/sitientibus/article/view/9449>. Acesso em: 4 jun. 2024.

MOTT, L. R. **A feira de Brejo Grande**: estudo de uma instituição econômica num município sergipano do Baixo São Francisco. 1975. 457f. Tese (Doutorado Ciências Sociais) - Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo, 1975.

QUEROZ, A. M. L. **Da rua para o Shopping Feiraguay**: Desenho urbano e memória visual do comércio popular em Feira de Santana, BA (1970-2012).2013. Dissertação (Mestrado em Desenho, Cultura e Interatividade) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.

RATZEL, F. O povo e seu território. In: MORAES, A. C. R. (org). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990, p. 73-82.

SANTOS, C. R. **Shopping Popular Feiraguay**: Estudo sobre a produção de um espaço de comercio em Feira de Santana-BA 2016.Tese (Doutorado em Geografia)-Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, 2016.

SOUZA, M. L. O Território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al. (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.



TELES, A. O. **O comércio informal em Feira de Santana (BA): permanências e mudanças.** 2017. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.